

Aue

ANCK

Coluna do Castello

Satisfeito com a reunião o governo

O presidente José Sarney deverá na próxima semana anunciar medidas concretas de amparo às micro-empresas e ainda este mês serão conhecidas as medidas de combate à inflação e de negociação da dívida externa, esboçadas pelo ministro Bresser Pereira na reunião ministerial. Fontes do Palácio justificam a ausência de notícias de medidas efetivas naquela oportunidade por se tratar de um primeiro encontro, destinado a renovar o estilo de governo e a balizar as providências que, com o apoio geral, serão em breve anunciadas pelo governo. As reuniões ministeriais voltarão a se realizar rotineiramente nessa redefinição do estilo de operar da presidência da República.

Ressalta-se igualmente que o anúncio do ministro da Fazenda de que até o fim do ano pretende reduzir de 20% para 10% a taxa mensal de inflação constituiu por si mesmo um fato novo a que se deve dar bastante relevo. O ministro fez uma exposição tranqüila, objetiva e convincente, despertando entusiasmo, entre outros, no presidente da República e no ministro do Exército, que ficaram muito bem impressionados com a análise feita pelo sr. Bresser Pereira e com os fundamentos lançados do seu plano de combate à inflação na base de medidas tributárias que alcançam especialmente os ganhos financeiros e de reajustamentos das tarifas para tratar com realismo a situação das empresas fornecedoras de serviço público.

Considerou-se coerente o diagnóstico do ministro da Fazenda e precisas as medidas que projeta lançar no seu plano. A propósito das micro-empresas, que o presidente pretende amparar ainda na próxima semana, possivelmente com recursos recolhidos dos sobrelucros financeiros, observa-se que, em 1986, 560 mil brasileiros, geralmente com recursos de terceiros, lançaram-se em empreendimentos empresariais de pequeno porte, movidos pela fé e esperança despertados pelo plano cruzado. Chegou a hora de atender assim aos que correram risco por acreditar na eficácia de uma política oficial.



Marcos Freire com a casa limpa

Hoje, às 15 horas, deverá empossar-se como ministro da Reforma Agrária o ex senador Marcos Freire, que fez sua opção contrariando a opinião do governador de Pernambuco e da maioria do PMDB do seu Estado, que preferiam sua permanência na Caixa Econômica. Pernambuco não acredita na eficácia dos projetos de reforma agrária.

O secretário geral do Mirad, sr. Frederico Müller, já se demitiu e espera-se que faça o mesmo toda a diretoria do Inbra. O novo ministro terá condições de começar a administrar a reforma agrária com sua equipe própria, sem condicionamentos políticos deixados pela herança do seu antecessor.

A Caixa Econômica Federal será presidida interinamente pelo diretor de operações, sr. Mauricio Viotti de Barros. O preenchimento definitivo do posto ficará para outra oportunidade.

Gasparian quer salvar o capitalismo

O deputado Fernando Gasparian declara-se um incompreendido. As críticas ao seu relatório na subcomissão da Constituinte, segundo ele, o apontam como um adversário do capitalismo, quando tudo o que pretende é salvar o capitalismo brasileiro, adotando aqui institutos e processos de trabalho que fizeram a grandeza do capitalismo norte-americano.

O deputado dá ênfase à eliminação da carta patente de bancos, inexistente em outros países capitalistas e verdadeiro cartório que sequer beneficia os que com ela são premiados. Eliminar a carta patente é permitir que quem for capaz e tiver meios possa entrar livremente no comércio financeiro. Quanto à proibição de captação de recursos pelas agências de bancos estrangeiros, ele diz que pouco afeta os três bancos que atuam no país. O poder de represália seria irrelevante ou inexistente, pois, sendo municipal o sistema bancário norte-americano, somente a cidade de Nova Iorque permite que bancos estrangeiros ali operem para recolher recursos de seus nacionais ou operar no interbancário.

Acha o sr. Gasparian moralizadora a proibição a quem deixa direção do Banco Central de assumir, nos quatro anos seguintes, cargos de direção nos bancos privados. A proibição de depositar recursos oficiais em bancos privados já existe. Apenas não é cumprida. Ambas são medidas moralizadoras.

Eram pelos cinco anos

Pesquisadores do Palácio do Planalto informam que o ex ministro Dante de Oliveira, em entrevista ao *Jornal de Brasília*, a 7 de novembro de 1986, considerou aceitável o mandato presidencial de cinco anos. A seu ver, o PMDB poderia reavaliar os quatro anos mas nunca chegar aos seis.

Também o senador Fernando Henrique Cardoso, no *Correio Braziliense* de 20 de novembro de 1986, defendeu o mandato de cinco anos, lembrando o que se passara em 1946. Para o senador seria essencial evitar coincidências de eleições que prejudicariam a escolha do presidente da República.